

LOVATTO, Angélica. * O pensamento de Nelson Werneck Sodré nos *Cadernos do povo brasileiro*. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima (orgs.). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. 2ª.ed., São Paulo: Editora da UNESP-FAPESP, 2011.

Nelson Werneck Sodré é autor de especial relevância na historiografia brasileira. E não por acaso. Sua obra faz parte de reflexões que têm um significado primordial para as lutas do povo brasileiro. Mas, afinal, quem é o “povo” no Brasil? Uma simples abstração da qual autores e personagens usam e abusam? Ou a existência concreta de indivíduos dentro de relações sociais determinadas?

Esse é o caminho que este texto pretende trilhar: buscar a conceituação e análise do autor sobre o que denomina de “povo” brasileiro. Inserida num momento histórico bastante específico e turbulento – o pré 64 – a reflexão de Sodré não está simplesmente solta. Ao contrário, é a afirmação explícita de um compromisso com esse “povo”, a partir de uma proposta editorial, os *Cadernos do povo brasileiro*,¹ lançados com o objetivo de discutir justamente os caminhos para uma intervenção concreta nas lutas sociais do Brasil.

A Coleção *Cadernos do povo brasileiro*

No contexto histórico do pré-64, os *Cadernos* estavam fortemente marcados, entre outras coisas, pela produção teórica do ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros (1955-1964)². Foram editados no período de 1962 a 1964, pela Civilização Brasileira, no Rio de Janeiro, que tinha a coordenação editorial de Ênio Silveira. Os diretores da Coleção eram o próprio Silveira e Álvaro Vieira Pinto, este último diretamente ligado ao ISEB. Como outras publicações brasileiras, os *Cadernos* não escaparam à censura implacável da ditadura militar e por isso foram abruptamente interrompidos em 1964.

* Doutora em Ciências Sociais PUC-SP, professora da UNESP-Marília.

¹ SODRÉ, Nelson Werneck. (1962). Quem é o povo no Brasil? In: Coleção *Cadernos do povo brasileiro*, n.02. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

A Coleção formou um conjunto de 24 volumes – numerados – e alguns volumes extras³. São diferentes autores, mas com temáticas bastante coordenadas entre si. Os temas incidem diretamente nas questões centrais e candentes do debate político nacional naquele período. Os títulos são diretos, explosivos e na forma de questionamento. Isso pode ser observado no primeiro número da Coleção, escrito por Francisco Julião, denominado *Que são as Ligas Camponesas?* (1962). Assim, a Coleção era iniciada por nada mais, nada menos, que a liderança máxima das Ligas Camponesas, organização política do campo brasileiro que vinha incomodando extraordinariamente a classe dominante no Brasil.

É Nelson Werneck Sodré quem escreve o segundo número, *Quem é o povo no Brasil?* Na pesquisa que desenvolvi sobre a Coleção,⁴ foi ficando claro que Sodré – por sua presença e importância na coleção e no ISEB – seria o responsável pelo número de abertura, mas para demarcar seu caráter popular, a figura de Francisco Julião parece ter sido mais emblemática para o número inicial.

O terceiro número ficou a cargo de Osny Duarte Pereira, *Quem faz as leis no Brasil?* e, sucessivamente, vale a pena elencar os títulos dos demais *Cadernos* pela sugestividade que encerravam a propósito das lutas sociais e (por que não dizer) da propositura de uma revolução brasileira. São eles: *Por que os ricos não fazem greve?* (Álvaro Vieira Pinto), *Quem dará o golpe no Brasil?* (Wanderley Guilherme). *Quais são os inimigos do povo?* (Theotônio Júnior). *Quem pode fazer a revolução no Brasil?* (Bolívar Costa). *Como seria o Brasil socialista?* (Nestor de Holanda). *O que é revolução brasileira?* (Franklin Oliveira). *O que é reforma agrária?* (Paulo R. Schilling). *Vamos nacionalizar a indústria farmacêutica?* (Maria Augusta Tibiriçá Miranda). *Como atua o imperialismo yanque?* (Sylvio Monteiro). *Como são feitas as greves no Brasil?* (Jorge Miglioli). *Como planejar nosso desenvolvimento?* (Helga Hoffman). *A Igreja está com o povo?* (Aloísio Guerra). *De que morre o nosso povo?* (Aguinaldo Nepomuceno Marques). *Que é o imperialismo?* (Eduard Bailby). *Por que existem analfabetos no Brasil?* (Sérgio

² Este aspecto será objeto de discussão no próximo item “A presença isebiana nos *Cadernos*”.

³ Foram publicados os seguintes volumes extras: OLIVEIRA, Franklin. (1962). *Revolução e contra-revolução no Brasil* e *Violão de rua* (diversos autores, 1964), publicado em 3 volumes.

⁴ Na tese de doutorado: “Os *Cadernos do Povo Brasileiro* e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de revolução brasileira” (Lovatto, 2010).

Guerra Duarte). *Salário é causa de inflação?* (João Pinheiro). *Como agem os grupos de pressão?* (Plínio de Abreu Ramos). *Qual a política externa conveniente ao Brasil?* (Vamireh Chacon). *Que foi o tenentismo?* (Virgínio Santa Rosa). *Que é a Constituição?* (Osny Duarte Pereira). *Desde quando somos nacionalistas?* (Barbosa Lima Sobrinho).

Os títulos e temas dos *Cadernos* revelam a expectativa dos diretores dessa Coleção: que as publicações fossem instrumentos para a elevação da consciência popular, fornecendo subsídios para a intervenção prática e teórica no cenário político nacional.

Perseguindo essa proposta de popularização, os *Cadernos* apresentavam um formato “de bolso”, eram escritos em linguagem acessível, com tiragem mínima inicial de 15.000 a 20.000 exemplares, tendo muitas vezes mais de uma edição. Theotônio Júnior, acima referido, assim se expressa nas páginas iniciais do volume *Quais são os inimigos do povo?*: “De acordo com o sentido desta coleção, este livro se destina a um público determinado: à liderança operária e camponesa, à massa estudantil e aos homens do povo em geral”. Além dessa clareza em relação ao chamado “público-alvo”, Theotônio também faz referências diretas à linguagem a ser utilizada a fim de corresponder aos objetivos da Coleção, dizendo que valeu-se “do estilo mais claro possível, com frases curtas e idéias simples”. Finalmente faz a seguinte afirmação: “Um dia teremos todos de ver a face do povo, e então se travará o diálogo. ‘A teoria quando penetra na massa se torna uma força material’. É atendendo a esta verdade que este Caderno do Povo Brasileiro foi escrito” (JÚNIOR, 1962: 7).

A influência dos *Cadernos do povo brasileiro* no debate ideológico da realidade brasileira no pré-64 foi caracterizada pelas lutas em prol das Reformas de Base, movimento que se intensifica durante o governo João Goulart (1961-64). Nesse sentido, os *Cadernos* possuem presença marcante no intenso debate nacionalista da época, isto é, na fase do nacionalismo reformista.⁵

O cenário da política nacional, nessa fase de 1961 a 64, está marcado por novas inflexões no debate sobre o desenvolvimento brasileiro, por redefinições da ideologia nacional no país. Mas não só. No plano internacional há uma conjuntura também em

⁵ Adoto aqui a periodização feita por Lúcio Flávio R. Almeida em *Ideologia nacional e nacionalismo*. (1995), onde o nacionalismo-populista é classificado nas seguintes fases: de 1930-45 nacionalismo militar;

processo de mudança, marcada entre outros, pelos seguintes acontecimentos: a influência da Revolução Cubana, o avanço do processo de descolonização, o crescimento do bloco dos “não alinhados”; o início do “cisma” sino-soviético e o intenso desenvolvimento capitalista industrial em alguns países periféricos, especialmente o próprio Brasil. Tudo isso no contexto do momento mais “quente” da chamada Guerra “Fria”.

A presença dos isebianos nos *Cadernos*

A presença do Nelson Werneck Sodré é marcante em todos os momentos do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – o ISEB. Esse instituto tinha como proposta a formulação de uma ideologia nacional-desenvolvimentista para o Brasil, mas não era formado por posições homogêneas. Podemos afirmar com certeza que as posições de Sodré eram aquelas que se localizavam no arco mais progressista daquele instituto.

Uma das contribuições mais significativas sobre o tema ainda é aquela realizada no final dos anos 1970: o trabalho de Caio Navarro de Toledo, *ISEB: fábrica de ideologias*,⁶ que é talvez o único trabalho que se preocupou com uma sistematização de uma das fases do instituto, no caso, a fase inicial - o período juscelinista do ISEB. Este estudo, apesar de se restringir à fase inicial do ISEB, acabou se constituindo num referencial para outros trabalhos sobre o instituto e sobre os isebianos⁷, independentemente da concordância com as teses ali defendidas.

de 1951-54 nacionalismo trabalhista; de 1955-60 nacionalismo triunfante e de 1961-64 nacionalismo reformista.

⁶ TOLEDO, Caio Navarro. (1982). *ISEB: fábrica de ideologias*. 2ª ed., S.Paulo: Ática.

⁷ Caio Navarro de Toledo identifica três fases na história do ISEB. Um período bem inicial (menos de um ano) que se estende da criação do instituto, em 14 de julho de 1955, até o que chama de “encampação juscelinista”, dizendo que essa fase, apesar de curta, foi caracterizada por posições ecléticas e conflitantes, onde não há por parte dos autores ali presentes (dentre eles, Roberto Campos, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda, Miguel Reale, Heitor Villalobos, Sérgio Milliet, Augusto Frederico Schmidt) “a menor referência ao nacionalismo como possível ideologia propulsora do desenvolvimento industrial brasileiro; pelo contrário, através do antiestatismo e do tecnocratismo ali defendidos, o antinacionalismo pode ser considerado como a posição ideológica comum a todos eles” (Toledo, 1982: 187). O segundo momento é aquele onde a ideologia nacional-desenvolvimentista é hegemônica no interior do ISEB, que corresponde ao quinquênio juscelinista; e a fase final é a que acompanha o movimento político pelas Reformas de Base, no governo João Goulart (1961-64), onde a perspectiva nacionalista (nos moldes anteriores) é praticamente abandonada, pois está-se diante do resultado do governo “entreguista” de Kubitschek, sem o cumprimento das promessas de desenvolvimento que beneficiassem toda a Nação. O ISEB assume uma posição mais à esquerda, até ser extinto.

A própria periodização do ISEB é algo que precisa ser melhor definido. A presença ali de diferentes nacionalismos e de autores de posições teóricas distintas levamos a perceber a necessidade de uma mais completa caracterização dos momentos que marcaram a vida do instituto. Considerando a primeira fase como de brevíssima existência, podemos dizer que Sodré foi praticamente um dos únicos pensadores que permaneceu no ISEB ao longo de toda sua história, sendo outro nome que se destaca o de Álvaro Vieira Pinto.

O pré-1964 ainda suscita distintas interpretações e, conseqüentemente, há um relativo desconhecimento em relação à posição ocupada pelos autores isebianos. Nesse sentido, cabe esclarecer que a existência dos *Cadernos* está muito ligada à história desse Instituto, em função de alguns de seus autores mais expressivos pertencerem aos quadros isebianos.

Os dois períodos mais marcantes do ISEB foram: aquele que ficou conhecido como dos “isebianos históricos”, que acompanha o período do governo JK (1956-60); e o segundo, que acompanha o governo João Goulart (1961-64).

O desconhecimento das distintas fases do ISEB – pelo menos os dois principais períodos – leva o leitor mais desavisado a entender o contato parcial com a obra isebianas como sendo a totalidade identificadora do pensamento produzido naquele instituto. Frequentemente, toma-se a parte pelo todo. Aqueles que, por exemplo, têm o seu ponto de contato com os *Cadernos do povo brasileiro* – que embora não fosse uma publicação apenas isebianas, tinha a presença de isebianos muito conhecidos – ficam com uma impressão mais progressista-radical, e até mesmo revolucionária, de um setor ligado ao ISEB. E quem entra em contato com os textos dos chamados “isebianos históricos” fica com uma impressão menos progressista.

Para os fins desse artigo, cabe fazer brevemente uma caracterização das preocupações editoriais das duas principais fases do Instituto.

ISEB – fase inicial que acompanha o governo JK

A proposta editorial desta fase indica uma preocupação bastante distinta da proposta dos *Cadernos*.

Os chamados “isebianos históricos” colocavam-se como intelectuais que pensavam um projeto nacional-desenvolvimentista a ser encampado pela burguesia brasileira, colocavam-se consciente e declaradamente como sendo a autêntica *intelligentsia* brasileira. O eixo, portanto, tinha um caráter institucional muito forte e, embora fosse um projeto nacionalista que intencionava opôr-se aos grupos militares ligados à ESG – Escola Superior de Guerra, não chegava a propor nenhuma medida que se projetasse para o lado mais propriamente popular no sentido de classe.

As publicações desse período têm uma linguagem que conscientemente procurava demonstrar erudição científica e consistência teórica, com o objetivo de realizar a divulgação das idéias nacional-desenvolvimentistas, ou, nos termos postos pelos próprios autores, de realizar um “movimento de idéias” que mobilizasse a burguesia brasileira a assumir o controle dos destinos do país e superasse o cartorialismo do Estado brasileiro.

Com esses objetivos, o ISEB também promovia cursos e seu público-alvo – e conseqüentemente o público-alvo de suas publicações – era muito distinto daquele que viria a ser o público-alvo dos *Cadernos do povo brasileiro*. A sede do próprio ISEB no Rio de Janeiro era o local de divulgação desse “movimento de idéias”, ou então o Clube de Engenharia e outros locais que uma certa “elite” – intelectuais, médios e altos burocratas do Estado – freqüentava. As publicações dessa fase do ISEB não chegavam sequer a se constituir numa espécie de coleção. Eram livros que cada autor desenvolvia a partir de suas conferências – às vezes, aulas inaugurais – ou cursos promovidos pelo Instituto. Os autores também estavam circunscritos aos quadros do ISEB distribuídos nos vários departamentos organizados em torno das áreas da Sociologia (sob a responsabilidade de Guerreiro Ramos), História (Cândido Mendes), Ciência Política (Hélio Jaguaribe), Economia (Ewaldo Correia Lima), Filosofia (Álvaro Vieira Pinto), sob a Direção de Roland Corbisier.

ISEB – fase final que acompanha o governo Jango

Nesta fase há uma mescla daquilo que era defendido na fase anterior com algo novo. Dois nomes de expressão como “isebianos históricos” da primeira fase continuam aqui trabalhando a pleno vapor: Álvaro Vieira Pinto – que vai dirigir os *Cadernos* e Nelson Werneck Sodré. Mas aquele algo novo a ser mesclado vai aos poucos se sobrepôr à lógica da fase inicial. Aqui, a tendência a imprimir um caráter anti-imperialista ao nacionalismo vai atingir cores nunca vistas – pelo menos dentro do ISEB até então. É importante dizer que os rumos internos do ISEB vão mudando quase que radicalmente pois a própria direção teórica do projeto sofrerá uma mudança significativa: a saída de Hélio Jaguaribe. É Nelson Werneck Sodré que dará detalhes dessa mudança de rumos, pois foi motivada por divergências no prosseguimento do projeto inicial fundamentalmente entre Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe.⁸ Este último saiu do instituto ainda durante o governo JK e Guerreiro Ramos também não demorou muito para estar fora do Instituto.

Impulsionados pelos fortes movimentos sociais e populares que o período Jango vai conhecer, a segunda fase do ISEB vai acompanhar a luta pelas Reformas de Base. E o tipo de publicação proposto será o resultado dessa influência. É patente, portanto, nesse caso, a relação entre meio e mensagem, isto é, enquanto, na primeira fase, os autores se colocavam como sendo a autêntica *intelligentsia* de uma elite, os autores dos *Cadernos* se colocavam “a serviço do povo” – explicitando que esse povo era concretamente uma classe determinada.

Se o objetivo das publicações e cursos da primeira fase do ISEB era instrumentalizar a burguesia brasileira com um projeto nacional-desenvolvimentista, os objetivos da segunda fase serão mais declaradamente mobilizadores das massas trabalhadoras e com um potencial revolucionário quase ausente na fase anterior, isto é, nas publicações específicas do ISEB isso ficará patente. É nesse sentido que os *Cadernos*⁹ têm uma proposta que será identificada com os objetivos dessa segunda fase iseiana.

Enfim, se, na primeira fase, a crítica ao capital estrangeiro – embora assumisse tons candentes em alguns autores – apontava, no geral, apenas para uma redefinição da

⁸ Os detalhes estão em SODRÉ, N.W. (1978). *A verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: Avenir.

dependência, na fase dos *Cadernos* os autores eram portadores de uma perspectiva assumidamente antiimperialista.

O conceito de povo por Nelson Werneck Sodré

Começarei pelo resultado final apresentado por Sodré: “Em todas as situações, povo é o conjunto das classes, camadas e grupos sociais empenhados na solução objetiva das tarefas do desenvolvimento progressista e revolucionário na área em que vive” (Sodré, 1962: 14) e que “para se definir o conteúdo do conceito de *povo* é preciso encará-lo segundo uma situação histórica determinada e segundo as condições concretas de cada caso, tomando como base a divisão da sociedade em classes” (*Ibid.*: 21). E, por sua vez, classes “são produto da história, e o lugar que ocupam é historicamente condicionado” (*Ibid.*:14).

Estes são os pressupostos de Sodré para analisar quem é povo no Brasil.

Para chegar a essa conceituação, o autor vai buscar nas particularidades da história brasileira as diferenças entre povo e população e, depois, entre povo e nação. Mas antes disso, ele vai trabalhar a conceituação, propriamente dita, de povo.

Ele inicia uma espécie de desmistificação da utilização da palavra povo em países como o Brasil, onde, segundo ele, a democracia é entendida essencialmente apenas como o momento do ato eleitoral (tão escasso ao longo da história republicana). Ele ressalta que nesse período o “consumo” da palavra “povo” é mais intenso pois “todos os interessados dizem dirigir-se ao *povo*, apelam para o *povo*, proclamam os direitos do *povo*” (*Ibid.*: 9). Ele aponta que isso levou a palavra “povo” a ficar com uma significação tão genérica, que a despojou de qualquer compromisso com a realidade, e conclui que o conceito de “povo” tornou-se uma abstração, pois seria uma “palavra mágica” que acabou se constituindo num “refrão a que todos se apegam, fórmula para todos os problemas, sésamo para todas as portas” (*Ibid.*: 10).

⁹ Lembramos mais uma vez, que embora os *Cadernos* não fossem uma publicação exclusivamente do ISEB, mas sim da Civilização Brasileira, foram popularizados de uma forma a serem identificados à história daquele instituto, pela presença marcante de isebianos históricos.

Estas seriam as razões pelas quais ninguém aceita sua própria exclusão do campo a que se aplica “o letrado povo”. Porém, haveria uma dada “intuição” que faz com que cada um se julgue mais povo quanto mais humilde sua condição social: este seria o único aspecto do qual os “desfavorecidos da sorte não abrem mão”. Eles “nada possuem, mas por isso mesmo orgulham-se de ser povo” (Ibid.).

Sodré reconhece que essa espécie de “orgulho espontâneo” de ser povo não resolve a questão. E vai procurando identificar algumas correntes que tratam dessa discussão.

A primeira a ser abordada é aquela que identifica o “povo” com os “trabalhadores”, pois constituiriam as massas populares, portanto, a maioria. Haveria outras correntes que só aceitam como povo exclusivamente os produtores de bens materiais. O autor não discorda dessas colocações, mas vê um limite, pois seria indiscutível que em todas as fases históricas, as massas populares abrangeram (e abrangem) camadas muito variadas da população. Então definir que faça parte do povo apenas um indivíduo ligado à produção, seria pouco. Ele chega a perguntar: “Seria justo excluir empregados, funcionários ou intelectuais?” (Ibid.: 11).

Portanto, para se chegar a um conceito exato de povo, Sodré pressupõe dois aspectos: a) que o critério econômico restrito não pode servir de base a uma conceituação aceitável e justa; b) que, no entanto, não se pode desconsiderar as condições reais de tempo e de lugar. Ele justifica esses dois critérios observando que “é pacífico que o operário brasileiro faz parte do povo; mas há 100 anos (lembramos que o texto é de 1962) não havia operários; isto significa que não havia povo?” (Ibid.: 14)

Para continuar justificando sua posição, Sodré vai lembrar que na divisão *natural* do trabalho – ele remonta às comunidades primitivas – cada um ficava com uma incumbência: o velho, a mulher, o homem de acordo com suas habilidades naturais. Havia, então, uma coincidência entre povo e população pelo fato de a divisão natural não resultar em elementos mais ricos ou mais poderosos que os outros.

Com o surgimento das classes sociais, vai aparecer uma divisão *social* do trabalho, e não mais natural, isto é, uns vão trabalhar e outros vão usufruir do trabalho alheio. Com isso, povo passa a não ser mais o mesmo que população, pois, segundo

Sodré, “não há critério objetivo para definir o conceito de povo que não esteja ligado ao conceito de sociedade dividida em classes” (Ibid.: 12). Por isso é que povo não significa sempre a mesma coisa: se sua situação está condicionada à divisão entre classes sociais e estas não são fixas e estáticas, então o povo não tem sempre a mesma composição social.

É nesse aspecto que reside o ponto nevrálgico da definição de Sodré: a confusão entre povo e população não é um ato fortuito, mas “visa a sonegar a realidade e esconder o fato de que a sociedade se divide em classes”. Portanto, seu uso indiscriminado teria um “uso demagógico evidente” (Ibid.: 13).

Qual seria, então, a verdadeira relação entre povo e população numa sociedade de classes? Ele esclarece que população se reparte em classes dominantes exploradoras e classes dominadas. O problema estaria no fato de que as classes dominantes realizam a exploração afirmando, no entanto, que representam o povo. Segundo Sodré, com essa postura, elas estariam “deliberadamente interessadas” em que o conceito de povo seja vago, arbitrário e confuso, “tão confuso que englobe ao mesmo tempo exploradores e explorados” (Ibid.: 15).

Mais complicada ainda seria a relação entre povo e nação. Embora sejam coisas diferentes, de novo vão se confundir interesses específicos de uma classe dominante com interesses supostamente nacionais. Embora essas classes dominantes detenham o poder e dominem o Estado, elas não poderiam representar nem o povo, nem a nação porque, segundo Sodré, são minoritárias e “supõem encarnar a vontade nacional, isto é, a vontade do povo” (Ibid.).

Como se aplicaria então, no Brasil, toda essa conceituação de povo que Sodré nos proporciona?

O povo no Brasil

Sodré esclarece que não analisará o conceito de povo no período colonial por razões óbvias: não se pode exatamente falar de povo quando se está na situação de colônia ou, no mínimo, deve-se tratá-lo sob outra perspectiva.

A análise de Sodré vai partir do pressuposto de que é povo quem, nos diferentes momentos da história brasileira, realizar uma tarefa progressista e/ou revolucionária. Partindo dessa base, ele vai analisar três momentos da vida brasileira: o momento da independência, o momento da República e o momento que aqui ele chama de revolução brasileira, que estava por ser feita (novamente referência ao início da década de 1960, momento em que o texto está sendo escrito).

A Independência teria sido um problema político que uniu as classes sociais brasileiras. Nela, a classe latifundiária teve um papel progressista – mas não revolucionário – na medida em que, realizando a Independência, representou não só o seu particular desejo e interesse, mas o desejo e o interesse das demais classes sociais. O problema subsequente foi o de que esta classe – latifundiária – não teve o menor pudor em abandonar logo em seguida esse papel progressista, organizando o “Estado de acordo com os seus interesses exclusivos” (Ibid.: 17).

Na República teria ocorrido algo semelhante, só que, desta vez, foi a classe média quem representou o papel progressista, representada particularmente pelo seu ramo militar. Embora a classe latifundiária tenha ficado inicialmente em segundo plano, a burguesia nascente apressou-se em com ela compor forças “para poder moldar o novo regime na conformidade com seus interesses e os das velhas forças sociais” (Ibid.: 28).

Em ambos os casos, Sodré identifica um processo de transformações sociais claramente dividido em duas fases: no momento inicial, o povo – as classes que estavam interessadas nas tarefas progressistas – opera de maneira unida, consumando os atos concretos da transformação historicamente necessária; no momento subsequente, a classe dirigente – que detém hegemonia na composição que constitui o povo – passa a ser a nova classe dominante. Esta última passa então a comandar as alterações necessárias a seus interesses específicos, preferindo usualmente retomar as alianças com as forças mais atrasadas da sociedade brasileira, do que manter as alianças feitas com as forças avançadas desse processo.

O resultado é apenas um: a eventual unidade da primeira fase se desfaz e reaparecem as contradições e os antagonismos de classe. Por isso, o papel progressista

desaparece antes mesmo de atingir qualquer tipo de estágio mais agudo, quanto mais revolucionário.

Sodré afirma que “em política, como em cultura, só é nacional o que é popular” (Ibid.: 17). Por isso, tanto na Independência quanto na República, os setores que tomaram o país nas mãos, embora o façam em nome da “nação”, não pertencem ao “povo”.

Qual seria então o terceiro momento que Sodré chama de “momento da revolução brasileira”, que poderia finalmente trazer uma resposta revolucionária e não mais apenas progressista aos destinos da vida brasileira? É justamente, considera Sodré, o momento em que escreve na Coleção dos *Cadernos do povo brasileiro*: o início da década de 60. Lembremos que neste período, Sodré está envolvido não só com essa Coleção, mas com a última fase efervescente da vida do ISEB, como dedicado à publicação dos volumes da *História Nova*, já referidos. É um momento de intensa atividade intelectual de Sodré.

Para chegar a essa conclusão de que o início da década de 1960 é um momento propício para a revolução brasileira Sodré faz a seguinte trajetória: observa que o Brasil, a partir da afirmação da industrialização havia – bem ou mal – mudado; que o papel das Ligas Camponesas crescia a olhos vistos; que a insatisfação popular com o imperialismo e o latifúndio se observavam nas lutas sociais em curso; que a força das massas brasileiras era inequívoca; que essas massas, organizadas, seriam invencíveis.

A organização das massas, no entanto, necessitava, indispensavelmente, segundo Sodré, de um regime democrático. Se esse regime democrático perdurasse, a força das massas seria um “contrapeso às forças ideológicas e materiais da propaganda imperialista” (Ibid.: 33).

Portanto, à pergunta por ele mesmo feita, “Qual a tarefa progressista e revolucionária na atual etapa da vida brasileira?”, ele responde: libertar o Brasil do imperialismo e do latifúndio (Ibid.: 36). Ele afirma que naquele início da década de 1960 havia espaço para propor no Brasil, pela primeira vez, além de uma tarefa progressista, uma tarefa revolucionária. Ele elenca inclusive quem seriam os agentes dessa revolução, isto é, quais as classes e frações de classes interessadas na revolução naquele momento: a parte da alta, da média e da pequena burguesia não ligadas ao imperialismo, o proletariado, o semi-proletariado e o campesinato.

Mas onde residiria a diferença com a Independência e com a República no momento de uma revolução brasileira? Sodré acredita que naquele momento da década de 60 não haveria como a burguesia ser uma classe hegemônica e trair o povo na seqüência. Daí ele propor uma revolução democrático-burguesa de tipo novo, “em que a componente burguesa não tenha condições de monopolizar os proventos da revolução” (Ibid.: 37). E que isso só seria impedido por um momento de ausência de democracia.

Infelizmente sabemos que esse momento vai acontecer em 1964 com o golpe de estado, que instaurou uma autocracia sangrenta, um regime ditatorial que iria se estender por longos 20 anos e que abortou inúmeras possibilidades para o “povo” brasileiro.

A Jornada Nelson Werneck Sodré

Toda a importância e a pertinência do pensamento de Nelson Werneck Sodré foram destacados na UNESP de Marília, quando da realização da Jornada sobre esse pensador brasileiro, em 2002. Convém lembrar que, mais do que um ataque ao pensamento revolucionário no Brasil, o que o pensamento conservador mais aprecia fazer é abandoná-lo ao silêncio. Por isso, a simples menção e a necessária reflexão sobre aqueles que pensaram uma via revolucionária para o Brasil já mereceria todo nosso apreço. Assim, por tudo o que se realizou em Marília, parabéns à UNESP e aos organizadores do evento.

Quando temos a oportunidade de entrar em contato com o pensamento de Sodré por sua qualidade e importância – concordando ou discordando de suas teses – é fundamental que reconheçamos que a sua contribuição é absolutamente referencial, ou seja, não dá para escolher um caminho revolucionário no nosso país sem passar por um exame crítico de Nelson Werneck Sodré.

Acredito que a presença de Sodré na Coleção *Cadernos do povo brasileiro* foi apenas uma das muitas intervenções decisivas desse pensador na vida brasileira. Ao me dedicar à análise dessa Coleção, é impossível não pensar nos estudantes, militantes políticos, intelectuais, sindicalistas e outros tantos que conheceram e leram essas publicações. Tenho certeza que esses *Cadernos* passaram não só pelas mãos, como pelos corações e mentes daqueles homens e mulheres do pré-1964.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Lúcio Flávio R. de. (1995). *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo: Educ.

JUNIOR, Theothônio. (1962). Quais são os inimigos do povo? In: *Cadernos do povo brasileiro*, no.06, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LOVATTO, Angélica. (2010). *Os Cadernos do povo brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de revolução brasileira*. Tese de Doutorado em Ciência Política, PUC-SP.

OLIVEIRA, Franklin. (1962). *Revolução e contra-revolução no Brasil*. In: *Cadernos do povo brasileiro*, número extra, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SODRÉ, Nelson Werneck. (1962). Quem é o povo no Brasil? In: *Cadernos do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (1978). *A verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: Avenir.

TOLEDO, Caio Navarro de. (1982). *ISEB: fábrica de ideologias*. 2^a ed., São Paulo: Ática.